GOVERNO BOLSONARO FAZ MAL À SAÚDE

EDITORIAL

Página 13 é um jornal editado pela tendência petista Articulação de Esquerda. O PT está em processo de congresso. A eleição dos delegados e das delegadas ao 7º Congresso Nacional do PT será realizada no dia 8 de setembro de 2019. Há várias chapas e teses inscritas para disputar este Congresso. Algumas delas destacam a importância do Sistema Único de Saúde. É o caso da tese Em tempos de guerra, a esperança é vermelha, tese apresentada pela já citada Articulação de Esquerda.

Como demonstração prática da importância que concedemos ao tema, Página 13 decidiu publicar uma edição especial, que será distribuída durante a Conferência Nacional de Saúde. Nesta edição especial, você encontrará um artigo de Aparecida Pimenta e três entrevistas, com Eliane Cruz, Fernando Pigatto e Carlos Oké. As entrevistas foram feitas e editadas por Nayara Oliveira, conselheira do SUS Campinas e delegada à Conferência Nacional.

No mundo ideal, caberia ao Partido dos Trabalhadores produzir e distribuir este jornal. No mundo real em que vivemos, a Articulação de Esquerda está fazendo a sua parte, o que inclui fazer aquilo que o próprio Partido deveria fazer.

Boa leitura, viva o SUS e Lula Livre!!! ★

Os editores

Fala Eliane Cruz

Página 13 entrevistou Eliane Cruz, coordenadora do setorial nacional de saúde do Partido dos Trabalhadores.

Página 13. Como o Setorial Nacional de Saúde do PT avalia a gestão Bolsonaro/Mandetta na área da saúde?

Eliane Cruz. O programa de governo de Bolsonaro para a área de saúde foi insípido, assim como o conjunto de seu "desprograma" desenvolvido durante as eleições. Ou seja, propostas que não vieram ao debate público arrastando todo o processo eleitoral para uma jornada messiânica.

Passados seis meses de governo, ações para insuflar o ódio e a desagregação social se mantém na performance do atual governo. A superexposição do presidente incapaz de lidar com as necessidades e dilemas de uma nação, distrai a sociedade concentrando opiniões sobre a figura midiática de Bolsonaro e não sobre as políticas de desconstituição do estado-nação e desconstitucionalização de direitos, que seguem por reformas ultraliberais como a da Previdência Social.

Neste mesmo diapasão a condução do SUS tem sido rebaixada como política nacional universal, adotando princípios do Estado Mínimo.

Como todas as políticas públicas a saúde sofre os impactos da EC/95, de congelamento de gastos públicos, e ainda temos o Governo Federal defendendo

a cobertura universal em vez do sistema universal de saúde.

Essa disputa pela "cobertura universal", que altera o modelo de saúde integral e universal, é nacional e internacional, tornando-se nosso maior desafio. Nessa proposta, quem ganha são as empresas seguradoras de saúde que administram os serviços, analisam os riscos de saúde para classificar as pessoas de acordo com sua capacidade de pagamento e determinam pacotes básicos de benefícios ao quais a população terá ou não acesso. Tudo gira em torno do lucro assistencial.

Essa proposta aproveita o senso comum reinante numa sociedade subjugada aos discursos de mídia de se submeter a "mais sacrifícios", cujo apoio ao atual governo sustenta ações como "etapas" pelas quais a sociedade deverá passar para uma reestruturação econômica "redentora". O "direito a ter direitos" fica perdido nesta disputa feroz.

O Ministro da Saúde enseja ações de retirada de direitos como a municipalização da saúde indígena, buscando destruir o subsistema construído a partir do reconhecimento e respeito a diversidade cultural de nosso país.

Mesmo com informações de que a população do mundo padece com problemas de sofrimento mental, o Ministro atua pela revisão da reforma psiquiátrica e da concepção de saúde mental que organizou redes de atendimento a pessoas com necessidades relacionadas a transtornos mentais e que promove maior integração social e fortalecimento da autonomia, protagonismo e a participação social do indivíduo. A ação ministerial é de aprisionamento, de volta aos manicômios.

A reestruturação do Ministério da Saúde, em maio de 2019, indica o fortalecimento de atenção primária em saúde na contramão da atenção básica que construímos ao longo de três décadas com a estratégia de saúde da família, ampliação das ações de vigilância em saúde e construção de territórios saudáveis, considerando a totalidade das necessidades sociais e de qualidade de vida.

Ressalta no Ministério da

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.
ISSN 2448-0150-186
Direção Nacional da AE: Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Jandyra Uehara/SP, Julio Quadros/RS, Mucio Magalhães/PE, Natalia Sena/RN, Patrick Campos/PE, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Jonatas Moreth/DF, titular; Sophia Mata/RN, titular; Rosana Ramos/SP, suplente; Pere Petit/PA, suplente. Edição: Valter Pomar, Nayara Lúcia Soares de Oliveira, Emilio C. M. Font. Secretaria Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com. Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br

Saúde a total desconsideração pela história do SUS. As apresentações públicas do Ministro indicam esse tom e, por isso, a desconstrução de políticas vai avançar, como aconteceu com Mais Médicos, como acontecerá com as ações de média e alta complexidade, sustentada nas informações sobre a saúde das pessoas que vivem em nosso país e que serão fornecidos às empresas por meio da "Saúde Digital", em direção à privatização de serviços a favor da mercantilização da saúde.

Quais as propostas das/dos petistas para a 16a Conferência, a 8a + 8?

Passadas três décadas desde a criação do SUS, a Conferência 8ª + 8 se vê diante do desafio de retomar um debate que parecia já consolidado no país: de que a permanência do SUS é fundamental para o bem-estar da população brasileira.

A 16CNS será um importante evento da saúde neste ano. Esse espaço institucional deve servir como um espaço de reafirmação da defesa do SUS. Enfrentar a "cobertura universal de saúde" e fortalecer nossas bandeiras de luta para agregar forças sociais são recursos para enfrentar o ultraliberalismo que trata a saúde como mercadoria.

O Setorial Nacional de Saúde do PT aponta ações urgentes e prementes para agregar forças sociais e conduzir nossas lutas no próximo período em torno de bandeiras que não são somente palavras de ordem, são sim, elementos carregados de conteúdos políticos como a revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016. O enfrentamento ao subfinanciamento, a defesa das

> "A 16CNS será um importante evento da saúde neste ano. Esse espaço institucional deve servir como um espaço de reafirmação da defesa do SUS. Enfrentar a "cobertura universal de saúde" e fortalecer nossas bandeiras de luta para agregar forças sociais são recursos para enfrentar o ultraliberalismo que trata a saúde como mercadoria.

políticas públicas de saúde instituídas em favor da qualidade de vida e da autonomia social. A defesa da Seguridade Social. A soberania nacional mediante o complexo industrial da saúde contra a privatização do SUS.

Construir uma pauta estruturada em defesa do SUS é uma pauta positiva de diálogo social e será o melhor resultado da 16CNS. Partimos do princípio de que a Saúde de um país deve estar de acordo com o modelo de desenvolvimento pretendido para sua população, e neste processo, as políticas de saúde são destaque para um processo civilizatório de garantia de direitos.

Assim, a atenção integral à saúde e acesso universal permanecem como estratégias de enfretamento das causas de adoecimento e morte que afetam quem está ao nosso lado e a nós mesmos. Defender programas 'Mais Médicos', 'Farmácia Popular', 'Brasil Sorridente' e à estratégia 'Saúde da Família', Programa de Saúde Mental, de acordo com os paradigmas da reforma psiquiátrica que aproximou o SUS da população.

Valorizar a gestão pública do SUS e Contrarreforma Administrativa do Estado Brasileiro. Avançar na regulação dos Planos Privados de Saúde, atuando em toda cadeia suplementar (em favor dos beneficiários que pagam por serviços de saúde privados, por meio de planos coletivos e individuais) para que a atuação das operadoras e prestadores de serviço sejam voltadas para as necessidades dos beneficiários.

Reafirmar o dispositivo constitucional que determina que cabe ao SUS "ordenar a formação" dos profissionais de saúde, levando em conta o interesse público na saúde.

Avaliar permanentemente a necessidade de formação de profissionais de saúde, criar os cursos necessários às diferentes regiões do país, tendo o sistema de universidades públicas, principalmente as federais, como instrumento articulador desses processos.

Reconhecer que não é mais possível que o maior sistema de saúde de acesso universal do mundo não tenha uma carreira, com planos de cargos e salários para seus profissionais, com um amplo chamamento às entidades representativas das mais diversas profissões de saúde, dos médicos aos agentes comunitários de saúde, incluindo trabalhadores da área administrativa e de gestão, para construirmos uma carreira interfederativa, única e nacional do SUS.

Incentivar a potencialidade econômica e tecnológica do complexo industrial da saúde estimulando o desenvolvimento deste setor de forma a atender as necessidades e especificidades do setor saúde, reduzindo custos e aumentando a eficiência tecnológica e considerando os interesses nacionais e regionais no âmbito Sul-Sul.

Atuar pelo plebiscito revogatório mediante a EC-95/2016 para recompor a participação financeira do Governo Federal no orçamento do SUS, apoiando municípios e estados.

Hoje o Brasil gasta cerca de 9% do PIB em saúde. Só que esse gasto é majoritariamente privado. A ideia é crescer o gasto público até cerca de 6% do PIB. Seria um acréscimo paulatino de cerca de mais 2,2 do PIB para a saúde.

Suspender a privatização das reservas petrolíferas e retomar o Fundo Social do Pré-sal, que destinou recursos a saúde e educação.

Fortalecer, ampliar e impulsionar a participação social em saúde, por meio dos conselhos e conferências de saúde, nos termos da legislação vigente, reconhecendo e valorizando seu papel na formulação e avaliação de políticas de saúde.

Somente a participação social vocaliza as necessidades sociais em saúde. A participação social é estratégica, pois se constitui na base sobre a qual se consolida o SUS.

Coragem. A vida é feita de coragem. Nossa coragem garantirá a permanência do SUS. #Lula Livre. ★

Fala Pigatto

Página 13 entrevistou Fernando Pigatto, presidente do Conselho Nacional de Saúde.

Página 13. Como o Conselho Nacional de Saúde avalia a gestão Bolsonaro/Mandetta na área da saúde?

Fernando Pigatto. Com o governo Bolsonaro foi intensificado o desfinanciamento da Saúde em nosso país, com intenções claras de fortalecer a saúde privada, a privatização do Sistema Único de Saúde. As propostas, como o Ministro da Economia fez, de desvinculação das receitas da união, por exemplo, atingem em cheio a saúde pública do nosso país. E outras propostas que vem sendo aí defendidas, principalmente pela área econômica do governo. Nós precisamos lutar contra estas propostas, que tem em vista claramente a privatização do SUS.

Outra coisa também colocada é a proposta de "Cobertura Universal de Saúde", em que não se têm recursos suficientes para atender toda a população, indicando que a universalidade tem que ser revista, falas de autoridades feitas pela imprensa.

Assim, a 16ª Conferência Nacional de Saúde vem no contraponto, reforçando o que foi consolidado a partir da 8ª Conferência, que estamos chamando de 8ª + 8, para fortalecer o SUS, como sistema público em seus princípios, com todas as garantias constitucionais, que possam se viabilizar.

Quais propostas estratégicas para defesa do CNS nesta 16ª Conferência, 8ª +8?

Desde que assumi a presidência do Conselho Nacional de Saúde, no final do ano passado, e mesmo antes, nos últimos anos principalmente, temos visto ser implementada uma política de subfinanciamento, pois na verdade o SUS nunca teve um financiamento suficiente, para seu funcionamento adequado, como foi preconizado na própria constituição, que o criou. Sempre tivemos dificuldade do ponto de vista do financiamento.

Então, passamos de uma política de subfinanciamento dos últimos anos e entramos a partir, principalmente da aprovação da Emenda Constitucional 95, para uma política de desfinanciamento do SUS, o que vem se agravando cada vez mais, com as ameaças dos "planos populares de saúde", "carteira de serviços", inclusive o debate entre a "Cobertura Universal" versus "Sistema Universal". Temos acompanhado de perto essa situação, esses ataques.

> "As propostas, como o Ministro da Economia fez, de desvinculação das receitas da união, por exemplo, atingem em cheio a saúde pública do nosso país. E outras propostas que vem sendo aí defendidas, principalmente pela área econômica do governo. Nós precisamos lutar contra estas propostas, que tem em vista claramente a privatização do SUS."

Acreditamos que a própria 16ª Conferência Nacional de Saúde, denomidada 8ª + 8 para fazer o resgate do que foi a 8ª Conferência, em 1986, onde até aquele momento não havia participação de usuários e usuárias, pode reorientar e influenciar os rumos desse estado de coisas. Acreditamos que os rumos da saúde pública de nosso país pode ter uma mudança, a partir do grande processo de mobilização desta Conferência: há muito tempo que nós não víamos tanta participação. Nossa 16ª está sendo uma Conferência muito participativa, num momento de afirmação da importância do controle social no SUS. Acreditamos que este processo está fortalecendo a luta em defesa do SUS, a saúde pública como um todo, contra a visão mercadológica da Saúde. Para nós a saúde continua sendo direito, e como tal temos que reafirmar cada vez mais. ★

Fala Ocké

Página 13 entrevistou Carlos Octávio Ocké-Reis, vice-presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde – ABrES.

Página 13. Como está o "acesso à Saúde" e o "direito à Saúde" no Brasil? Classes sociais diferentes, regiões diferentes, doenças diferentes: está tudo igualmente atendido?

Carlos Ocké. Em terra de cego, quem tem um olho é rei. Se aparentemente não é ruim o diálogo do Ministério da Saúde com os gestores, isso não pode obscurecer o fato de que, na prática, o governo federal amplia as desigualdades de acesso e ameaça o direito social à saúde, ferindo de morte os pressupostos constitucionais do SUS - em torno da universalidade, integralidade e equidade. Darei três exemplos concretos: a desidratação do programa mais médicos (agravando o problema dos vazios assistenciais e fragilizando a estratégia de saúde da família), a manutenção da Emenda Constitucional 95 (congelando o teto da despesa primária, reduzindo o piso per capita da saúde e estrangulando o financiamento de estados e municípios) e a suspensão de contratos com 7 laboratórios públicos nacionais para a produção de 19 medicamentos distribuídos gratuitamente pelo SUS (destinados à fabricação de remédios para pacientes que sofrem de câncer, diabete e transplantado). Não é menos grave o descontrole da dengue e o retorno de doenças preveníveis. O Brasil enfrenta uma tripla carga da doença (infectocontagiosas, causas externas e crônicas), afetando mais ou menos todas regiões do país. Contudo, depois do golpe parlamentar contra Dilma, esse quadro se deteriorou com o sucateamento da vigilância em saúde, penalizando sobretudo os mais pobres, os trabalhadores e as classes médias. Não tem "mimimi": ou mudamos essa política, ou a austeridade fiscal continuará produzindo doença, desemprego e violência, aumentando as taxas de morbidade e mortalidade do país. Essa situação exige uma resposta imediata da sociedade. Sinceramente, nós podemos confiar em um Ministro que defende o lucro na saúde e o co-pagamento no SUS, podemos confiar em um Presidente que ataca abertamente a democracia participativa? A 16a Conferência Nacional de Saúde deve repudiar de maneira clara o decreto autoritário 9.759 de Bolsonaro, ele é inaceitável!

Página 13. Se Lula saísse da cadeia amanhã, se novas eleições gerais fossem convocadas para outubro e se uma frente de esquerda ganhasse as eleições no primeiro turno, o que deveríamos fazer no SUS?

Sem soberania nacional, sem democracia, sem economia popular e sem direitos sociais, o Brasil não supera o caos provocado pelos fascistas e neoliberais, que ameaça hoje as condições de vida e de trabalho da população. O que dizer do desmatamento da Amazônia, da liberação do uso de agrotóxicos, do decreto das armas, da desregulação completa das normas de saúde e segurança do trabalho, da redução dos impostos sobre cigarros e do retrocesso na saúde mental? Na verdade, além de melhorar os indicadores epidemiológicos, a política de saúde poderia, a um só tempo, combater o desemprego e a desigualdade, contribuindo para o crescimento econômico e a desconcentração de renda, em novo ciclo de desenvolvimento. Para produzir melhor, para ser eficiente, o SUS precisa gastar mais, sem esse toma-lá-dá-cá visto, por exemplo, com as emendas parlamentares para a aprovação vergonhosa da reforma da previdência. Desse modo, do ponto de vista programático, que medidas o governo Lula deveria adotar contra a privatização da saúde? (i) revogar a Emenda Constitucional 95, para ampliar o financiamento do SUS; (ii) frear a internacionalização do mercado, para reduzir os gastos dos trabalhadores e empregadores com bens e serviços privados de saúde; (iii) regular os planos empresariais de saúde, os hospitais privados e filantrópicos e as organizações sociais, para acabar com o parasitismo do mercado sobre o SUS; (iv) Com o dinheiro do Pré-Sal, investir, de um lado, no programa mais médicos, no programa farmácia popular e nos hospitais universitários, e de outro, concluir as obras inacabadas nas unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde, fortalecendo a atenção básica e as linhas de cuidado das redes de atenção à saúde nos estados e municípios. Finalmente, para viabilizar o sistema, é importante valorizar o serviço público no SUS, criando a carreira nacional interfederativa. Esse conjunto de medidas representam um desafio gigantesco, mas com Lula Livre e com o apoio de uma frente única popular e democrática estariam reunidas condições mais favoráveis para a realização dessas reformas estruturais, fundamentais para a melhoria do SUS e das condições de vida e saúde dos trabalhadores e das famílias brasileiras. ★

> "Sem soberania nacional, sem democracia, sem economia popular e sem direitos sociais, o Brasil não supera o caos provocado pelos fascistas e neoliberais, que ameaça hoje as condições de vida e de trabalho da população."

O SUS em tempos sombrios

Aparecida Linhares Pimenta

O SUS vive uma das maiores crises de sua história, e para alguns especialistas, a própria sobrevivência do Sistema estaria em jogo na conjuntura atual.

Com o Golpe que derrubou a Presidenta Dilma em 2016, os cargos de direção do Ministério da Saúde passaram a ser ocupados por indicações partidárias de pessoas sem a mínima qualificação técnico-política para dirigir o Sistema Único de Saúde, e o Ministério perdeu capacidade de formular, induzir e monitorar as políticas nacionais que vinham sendo implementadas nos 30 anos de história do SUS.

Políticas nacionais como a Saúde Mental, com forte componente de reconhecimento dos direitos das pessoas com transtornos mentais a serem assistidas numa rede de serviços comunitários, em substituição aos manicômios, sofreu um duro golpe no Governo Temer. A "nova" Portaria da Saúde Mental aumenta recursos para os manicômios, para as comunidades terapêuticas, para serviços ambulatoriais, e congela recursos de custeio de CAPS, e para Serviços Residenciais Terapêuticos/SRT para "moradores" de manicômios. E hoje existem centenas de CAPS e SRT funcionando há mais de um ano sem repasse federal.

Outra política que foi destruída no final de 2018 foi o "Programa Mais Médicos" com interrupção do intercâmbio com Cuba, o retorno de milhares de médicos cubanos, o que provocou a desassistência de milhões de brasileiros nos municípios mais vulneráveis, na periferia das grandes cidades e regiões metropolitanas, e nas populações indígenas.

> "Um dos fatos mais relevante na crise atual é o agravamento do subfinanciamento federal do SUS, com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congela os gastos com saúde e educação por 20 anos, e que vem provocando diminuição real do gasto federal em saúde, com a respectiva diminuição do percentual de gasto em relação às Receitas Correntes Líquidas da União."

Em 2018, durante a campanha eleitoral Bolsonaro se manifestou várias vezes de maneira agressiva em relação aos médicos cubanos, questionando a dignidade e profissionalismos dos mesmos, e afirmou, com sua linguagem chula, que com "uma canetada devolveria os médicos para a ditadura cubana". O governo cubano se antecipou e no final de 2018 começou a retirar os médicos do Brasil, e o Governo Bolsonaro já eleito não fez nenhum esforço para manter os cubanos nos municípios brasileiros.

Com isso terminou uma experiência bem sucedida que mudou a realidade da Atenção Básica em milhares de municípios, e chegou a contar com mais de 11mil médicos cubanos no Programa Mais Médicos/PMM, criado pela Presidente Dilma em 2013, através da Lei 12.871, que teve como objetivo reduzir desigualdades regionais no atendimento das necessidades de saúde da população, disponibilizando médicos cubanos e brasileiros nas regiões mais vulneráveis do país.

Um dos fatos mais relevante na crise atual é o agravamento do subfinanciamento federal do SUS, com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congela os gastos com saúde e educação por 20 anos, e que vem provocando diminuição real do gasto federal em saúde, com a respectiva diminuição do percentual de gasto em relação às Receitas Correntes Líquidas da União.

A manutenção da EC 95 pode inviabilizar o SUS e comprometer a garantia da universalidade e integralidade do Sistema, considerando que os municípios já gastam em torno de 25% do Orçamento próprio em saúde, o que representa quase o dobro do mínimo estabelecido por Lei, e não tem condições de aumentar esse gasto.

Como o aumento da expectativa de vida e envelhecimento da população e crescimento das doenças crônicas, um sistema universal como o SUS exige atualização permanente dos recursos orçamentários e financeiros da União, o que é inviabilizado pelo congelamento de gastos federais com a saúde.

O atual Ministro da Saúde defende a EC 95, e tem usado um expediente extremamente perverso de subfinanciamento, através da morosidade de credenciamento de serviços e do repasse de recursos de custeio para equipamentos de saúde já em funcionamento, implantados e custeados pelos municípios. São centenas de Equipes de Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial/CAPS, Residências Terapêuticas, Centros Especializados de Reabilitação para deficientes, Serviços de oncologia, leitos hospitalares, que foram criados pelos municípios, em conformidade com as normas do SUS, que estabelecem a obrigatoriedade do cofinanciamento federal para esses serviços, e os recursos não são repassados.

Há ainda o aprofundamento da compra do voto dos deputados federais e senadores, através de emendas parlamentares impositivas, com recursos orçamentários do SUS, o que também diminui os repasses regulamentares do Ministério para estados e municípios.

Outra área importante para a população brasileira que vem sofrendo com o desfinanciamento federal é a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, com falta de medicamentos em áreas cruciais, como medicamentos para transplantados, para hepatite, para diabetes, entre outros. Em meados de julho de 2019 nos deparamos com a notícia de suspensão de 19 contratos de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo/PDP, celebrados por laboratórios públicos brasileiros para incorporação tecnológica para produção de medicamentos como insulina, medicamentos para tratamentos de câncer, vacinas e outros insumos estratégicos. Essa interrupção poderá causar desabastecimento desses insumos para os usuários do SUS, e torna o Brasil ainda mais exposto às variações e interesses do mercado internacional na área da indústria farmacêutica, uma das mais poderosas do mundo.

12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Fortalecer o SUS, os direitos e a democracia. Ato de lançamento da 16ª Conferência Nacional de Saúde. Castelo Mourisco, Fiocruz. Manguinhos, Rio de Janeiro. 28 de julho de 2018. Foto: Eduardo de Oliveira.

"O Ministro da Saúde do Governo Bolsonaro e sua equipe tem um projeto para a saúde no Brasil e está se organizando para coloca-lo em prática. Diferente da gestão Temer, que colocou no Ministério da Saúde pessoas sem condições de comandar uma pasta com a complexidade que é o MS, a atual equipe tem projeto consistente de desmonte do SUS, tem discurso, tem articulação com o Congresso Nacional e com a Medicina Suplementar , e defende os interesses corporativos das entidades médicas."

O ministério da saúde do Governo Bolsonaro não está abastecendo estados e municípios com insumos fundamentais para a saúde da população brasileira; falta soro anti rábico, faltam vacinas; falta inseticida para o combate ao aedes. E há desresponsabilização do Governo Federal para o enfrentamento das arboviroses, tais como dengue, zika, febre amarela.

Esse mês foi publicado na Revista Lancet artigo sobre a saúde no Brasil demonstrando que nos 30 anos de historia do SUS, houve redução na desigualdade do acesso aos serviços de saúde e melhoria de indicadores de saúde importantes. O artigo coloca ainda que as políticas fiscais adotadas a partir de 2016 e subfinanciamento do Sistema colocam em risco os avanços do Sistema na conjuntura atual.

Um dado a ser considerado é que o Ministro da Saúde do Governo Bolsonaro e sua equipe tem um projeto para a saúde no Brasil e está se organizando para coloca-lo em prática. Diferente da gestão Temer, que colocou no Ministério da Saúde pessoas sem condições de comandar uma pasta com a complexidade que é o MS, a atual equipe tem projeto consistente de desmonte do SUS, tem discurso, tem articulação com o Congresso Nacional e com a Medicina Suplementar , e defende os interesses corporativos das entidades médicas. As forças contrárias ao SUS são hoje extremamente poderosas, e se movimentam para o desmonte do sistema.

Em agosto de 2019 ocorre a 16ª Conferencia Nacional de Saúde (CNS), com cerca de 5000 participantes de todo o país, com representação de usuários, trabalhadores da saúde e gestores. A 16º CNS foi precedida de milhares de conferências municipais, regionais e estaduais, com debates acalorados e aprovação de propostas para o fortalecimento do SUS. E o Ministério da Saúde terá de lidar com esse movimento nacional.

Por outro lado, milhares de trabalhadores de saúde, centenas de gestores dos estados e municípios cotidianamente fazem o SUS continuar resistindo e existindo em cada encontro de um trabalhador com um usuário. Cada consulta médica, de enfermagem, de psicólogo, de dentista, de fisioterapeuta, de nutricionista, em cada visita do agente comunitário, em cada grupo que se reúne para discutir autocuidado e como lidar com o processo saúde doença de do idoso, cada paciente com câncer. Cada ato desses é o SUS existindo e resistindo. A força viva desse SUS real é o que nos faz ter esperança que, mesmo com o Governo Bolsonaro, vamos ser capazes, coletivamente, de continuar construindo essa política pública tão essencial para a população brasileira.

E no mundo da política as disputas, as lutas de resistência, são decisivas para definir não só o resultado, mas todo processo de construção/desconstrução de uma política como é o SUS.

A luta continua. ★

Aparecida Linhares Pimenta
é médica sanitarista do SUS, doutora em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp

SAÚDE É DEMOCRACIA E DEMOCRACIA É SAÚDE

Participação popular e controle social são pilares do SUS

Protagonistas da conquista do Sistema Único de Saúde (SUS), expresso na Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais são reconhecidos como o pilar de sustentação política da saúde pública universal e integral.

Ao longo dos anos, a participação popular, especialmente por meio dos conselhos e conferências de saúde, foi fator decisivo na manutenção do SUS e na defesa intransigente de que esse sistema permanecesse público e universal.

Na 16ª Conferência Nacional de Saúde, a 8ª + 8, que será realizada em agosto de 2019, precisamos mais do que nunca reafirmar a saúde como direito de todo cidadão e exigir a consolidação do SUS e seu financiamento adequado.

Mais de 30 anos desde a criação do Sistema Único de Saúde, os conceitos de integralidade, universalidade e equidade permanecem numa disputa entre direito social e interesses de mercado.

Por isso, reafirmar que "saúde é democracia e democracia é saúde" é um principais caminhos para a emancipação social. Somente com acesso digno a ações de promoção, proteção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, que a população pode ter condições de assumir o protagonismo das lutas pela manutenção e ampliação de seus direitos. ★

Garantir o direito à saúde é essencial

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988, reuniu mais de cinco mil pessoas em Brasília/DF.

Representantes de conselhos populares, movimentos sociais, sindicatos, universidades, parlamentares e gestores públicos de saúde chegaram na capital federal vindos de várias partes do país, movidos por um mesmo sonho: o de construir um sistema de saúde público, estatal, universal, integral e de qualidade para toda a população brasileira.

Passadas três décadas desde a criação do SUS, a Conferência 8ª + 8 se vê diante do desafio de retomar um debate que parecia já consolidado no país: de que a permanência do SUS é fundamental para o bem-estar da população brasileira. ★

8ª Conferência Nacional de Saúde (1986). Fotografias: Acervo Radis / Ensp

Financiamento tem de ser suficiente e sustentado

Lutar pela manutenção do SUS é hoje um dos compromissos mais importantes de todo brasileiro e brasileira. E uma das bandeiras essenciais dessa luta é brigar por mais dinheiro para financiamento deste sistema.

O aporte de recursos financeiros na saúde está em queda. Em 2016, o governo federal não cumpriu o piso constitucional, enquanto que as regras da EC 95 reduziram o piso em 2018 e 2019 para níveis inferiores a 14% da Receita Corrente Líquida.

12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Fortalecer o SUS, os direitos e a democracia. Fiocruz. Manguinhos, Rio de Janeiro. 26 de julho de 2018. Foto: Eduardo de Oliveira

Cada vez mais, a administração da assistência à saúde tem deixado de ser responsabilidade pública e isso tem prejudicado o acesso da população aos serviços públicos.

Esse cenário, aliado a um noticiário tendencioso, acaba por reduzir drasticamente a confiança no modelo público de atenção.

O investimento em saúde no Brasil ainda está muito aquém do que seria o ideal. Em termos internacionais, o Brasil gasta apenas 4% do seu PIB em saúde pública, enquanto o Reino Unido gasta quase o dobro, 7,9%. O gasto público brasileiro em saúde é muito baixo, apenas R$ 3,60 por habitante por dia, menos que uma passagem de ônibus.

Apesar de ser uma determinação constitucional "saúde direito de todos e dever do Estado", o SUS nunca recebeu recursos suficientes para se consolidar como sistema universal e integral. ★

Acesso universal e integral à Saúde vesus cobertura universal da saúde

A proposta de organização dos serviços de saúde do governo Bolsonaro é destruir a universalidade do SUS, desmontar políticas destinadas à ampliação do acesso, como o Programa Mais Médicos, ignorar as políticas de equidade, desconstruir a atenção básica e privatizar a média e alta complexidade com "credenciamento universal de médicos".

O modelo defendido pelo atual governo é semelhante ao sistema de cobertura universal de saúde da Colômbia, que dividiu a população entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços.

Esse é um retrocesso de 40 anos nas políticas de saúde do nosso país. Um absurdo que deve ser combatido e denunciado. ★

Na 16ª Conferência Nacional de Saúde 8ª + 8, defendemos:

Democracia e Saúde

O golpe de 2016 instituiu um cenário de autoritarismo e perseguição a movimentos e segmentos que ousaram contrariar e denunciar os ataques promovidos pela política do Estado mínimo imposta pelo governo ilegítimo de Temer.

Agora, com a eleição de Bolsonaro, essa situação se piorou em grande escala.

Mas seguimos prontos e dispostos para defender nossos direitos civis, políticos e sociais.

2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres. Área de estandes. Centro de Convenções Ulysses Gutimarães. Setor de Divulgação Cultural, Eixo Monumental, Brasília, Distrito Federal. 19 de agosto de 2017. Foto: Eduardo de Oliveira.

Em defesa do SUS. Pelo direito à Saúde. Pelo financiamento suficiente e sustentado

- Pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016.
- Pela aprovação da destinação obrigatória de 10% da receita corrente bruta anual da União para a saúde.
- Revisão da política de renúncia de arrecadação e incentivos fiscais da União que favorece interesses privados na saúde, pela regulação substantiva de planos e seguros de saúde para enfrentar a mercantilização da Saude.
- Pelo estabelecimento da Contribuição sobre Grandes Fortunas com destinação integral ao orçamento da seguridade social, consequentemente para a saúde.
- Pela rejeição da permanência da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que retira 30% do orçamento da seguridade Social para o Tesouro Nacional, como forma de não prejudicar o referido orçamento.
- Em defesa da Política Nacional de Atenção Básica em Saúde, fortalecendo a Estratégia da Saude da Familia, retomada do Programa Mais Médicos e da Farmácia Popular.
- Pela nao aprovação de propostas que destruam a previdência pública e solidária, pela garantia de aposentadoria aos brasileiros.
- Pela autonomia do país na pesquisa, produção e patentes de medicamentos e insumos. O Brasil não é laboratorio de pesquisa e testes da indústria farmacêutica.
- Pelo fortalecimento da universalidade do SUS, contra a cobertura universal de saúde e o pagamento de clínicas particulares com dinheiro público.
- Contra a privatização e terceirização da gestão pública.
- Implantar uma política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora de saude e a carreira única nacional interfederativa do SUS.
- Pelo fortalecimento da política de redução de danos e combate às práticas manicomiais, não ao finaciamento das comunidades terapêuticas, hospitais psiquiátricos e ambulatórios de saúde mental.
- Em defesa da participação popular e do controle social para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, patrimônio de todos brasileiros.

LULA LIVRE

Em Tempos de Guerra,

A Esperança é Vermelha

PT